

Os riscos da automedicação em mulheres jovens no Brasil

José Nóia Filho

Universidade Federal do Maranhão

Ana Beatriz Martins Rosa

Universidade Federal do Maranhão

Debora Criscia da Silva Braga

Universidade Federal do Maranhão

João Filipe Lima Rocha

Universidade Federal do Maranhão

Leandro Alexandre Rocha Marques

Universidade Federal do Maranhão

Marcus Vinicius Sousa Chaves

Universidade Federal do Maranhão

Paulo Vitor Bezerra Azevedo

Universidade Federal do Maranhão

Washington Luis Carneiro Melo Júnior

Universidade Federal do Maranhão

Wilker Frankyli Silva Mendonca

Universidade Federal do Maranhão

Bismarck Ascar Sauaia

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

A automedicação constitui um problema significativo de saúde pública, tanto no Brasil como mundialmente, prevalecendo entre mulheres de 18 a 35 anos com menor nível educacional (Arrais et al., 2016; Bertoldi et al., 2014). É sabido e preocupante a necessidade de implantação de uma política mais centrada no controle da administração do acesso aos medicamentos sob prescrição de um profissional tanto na rede pública, quanto na rede privada. O presente levantamento de dados objetivou discorrer sobre uma população sujeita aos riscos em saúde pública pela automedicação. Na metodologia aplicada na pesquisa, foram utilizadas palavras-chave como "automedicação", "risco à saúde pública", e "mulheres", foram revisadas publicações no repositório Open Access entre 2008 e 2021, donde foram retirados os dados importantes, pautados nos objetivos da pesquisa. Dos 16 artigos selecionados durante a fase de pesquisas foram eliminados 10 artigos que não atendiam aos critérios proposto, a análise baseou-se em 6 publicações que destacavam a maior vulnerabilidade de mulheres jovens e com pouca instrução aos danos causados pela automedicação, incluindo intoxicação medicamentosa, arritmias cardíacas, dependência química, e outras condições graves (Vieira et al., 2011; Galato et al., 2012). A pesquisa confirma a necessidade urgente de políticas públicas que controlem o acesso a medicamentos prescritos, tanto no sistema público quanto privado (Naves et al., 2010). A educação formal e o acesso a informações científicas são cruciais para reduzir a prática de



automedicação e minimizar seus riscos à saúde (Paniz et al., 2008). Dentre os principais agravos associados à automedicação, destacam-se alterações na pressão arterial, doenças renais crônicas, hepato e esplenomegalias, e reações alérgicas. Portanto, os dados sugerem que é imperativo o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas eficientes, bem como o aumento do investimento em educação e informação sobre os riscos associados à automedicação.

Palavras-chave: Automedicação, Risco a saúde pública, Mulheres.



REFERÊNCIAS

- ARRAIS, P. S. D.; et al. Auto-medicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, n. 2, p. 13, 2016.
- BERTOLDI, A. D.; et al. Epidemiologia da automedicação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2, p. 469-478, 2014.
- VIEIRA, F. S.; et al. Uso racional de medicamentos: uma abordagem ao uso de medicamentos pela população brasileira. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 11, p. 4375-4384, 2011.
- GALATO, D.; et al. Automedicação em estudantes universitários: a prevalência e os fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 6, p. 988-995, 2012.
- NAVES, J. O. S.; et al. Automedicação: um problema de saúde pública? *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 91, p. 16-23, 2010.
- PANIZ, V. M. V.; et al. Utilização de medicamentos pela população adulta: um inquérito domiciliar. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 5, p. 854-864, 2008.